



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004765-56.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Felipe Camacho e outro**
 Requerido: **TAM - Linhas Aéreas S/A**

Juiz de Direito: Dr. **PAULO LUIS APARECIDO TREVISÓ**

Vistos.

FELIPE CAMACHO e BEATRIZ SANTOS SALES, qualificados nos autos, promovem ação de indenização por danos morais contra **TAM LINHAS AÉREAS S/A (LATAM AIRLINES BRASIL)**, e expõem que: a) contrataram os serviços de transporte aéreo da requerida, com destino a Fortaleza, contudo, a aeronave sequer decolou, devido a uma falha em sua turbina, e conquanto a ré os tenha encaminhado a um hotel, após horas aguardando para se acomodarem, foram surpreendidos com a notícia de ausência de quartos disponíveis no estabelecimento, fato que os obrigou a dormir no aeroporto, à espera do novo voo, agendado somente para a manhã seguinte; b) entendem que sofreram dano morais, cuja indenização estimam em R\$ 20.000,00 para cada autor. Neste sentido, requerem a procedência da ação, e instruem a inicial com documentos.

Contestação as fls. 72/94, juntamente com documentos, pela qual a ré suscita preliminar de falta de interesse processual dos autores, eis que o contrato de transporte aéreo prevê que em caso de eventuais reclamações devem as partes buscar a composição extrajudicial por meio da mediação privada. Quanto ao mérito, aduz que: a) o voo foi alterado por motivo alheio à sua vontade, daí se cuidar de motivo de força maior; b) forneceu informações, assistência material e outro voo aos passageiros às suas expensas; c) não há falar em danos morais, vez que inexistentes. Requer a extinção ou a improcedência da ação.

Houve réplica.

É, em síntese, o relatório.

DECIDO.

1. A lide comporta julgamento antecipado previsto no artigo 355, inciso I do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

2. Rejeito a preliminar de falta de interesse processual suscitada pela ré, pois em que pese a previsão de mediação privada no contrato de transporte aéreo firmado pelas partes - cujo instrumento sequer veio para os autos -, é cediço que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" (Constituição da República, art. 5º, inc. XXXV)".

Ademais, ainda que se admita a existência de tal cláusula, inequívoca a sua abusividade, por se tratar de contrato de adesão, daí ser manifesto o interesse de agir da parte que necessita movimentar a máquina judiciária para obter aquilo que certamente não obteria pela via extrajudicial (basta verificar os termos nos quais a contestação foi oferecida), e o faz com o emprego de medida judicial adequada para atingir os seus legítimos objetivos.

3. A pretensão dos autores reside no ressarcimento do dano moral experimentado devido ao atraso do voo da empresa ré.

Razão lhes assiste.

Dada a natureza consumeirista da relação mantida entre passageiro e companhia de aviação, tem-se que a responsabilidade da última é de cunho objetivo (artigos 12 e 14 da Lei 8078/90), assim também considerada pelo legislador civil pátrio, exegese que se extrai do disposto nos artigos 734 e 735 do Código Civil de 2002. Tal responsabilidade, portanto, somente poderia ser afastada em caso de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros (art. 14, § 3º II, CDC), o que não é o caso.

Ademais, não merece guarida a excludente de responsabilidade arguida pela ré, quando afirma que o atraso do voo se deu devido à necessidade de manutenção da aeronave, visto que deixou de apresentar qualquer prova apta a demonstrar a regularidade ou o zelo na prestação de seus serviços, ônus que certamente lhe cabia.

Sobre o assunto, eis o entendimento prevalente na jurisprudência: *É dever de toda companhia aérea não só transportar o passageiro como levá-lo incólume ao destino. Se a aeronave é avariada pela sucção de grandes pássaros, impõe a cautela seja o maquinário revisto e os passageiros remanejados para voos alternos em outras companhias. O atraso por si só decorrente desta operação impõe a responsabilização da empresa aérea, nos termos da atividade de risco que oferece.* (STJ - REsp 401.397/SP - Rel. Min. Nancy Andriighi - 3ª Turma - DJ 9.9.2002).

Quanto à responsabilidade objetiva das empresa de aviação, ensina Sérgio Cavalieri Filho: *"Na verdade, como fornecedor de serviço o transportador responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços. E o serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar (art. 14, §1º). Eis aí o princípio da segurança no qual se estrutura todo o sistema de responsabilidade civil nas relações de consumo. Depreende-se do disposto no art. 14 do CDC que o fato gerador da responsabilidade do transportador não é mais a relação jurídica contratual, mas, o defeito do serviço, que se caracteriza quando este não oferece a segurança legitimamente esperada"*. (in "Programa de direito do consumidor". 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2011, p. 256).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

3ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Indisputável, pois, que a companhia ré, ao descumprir a sua obrigação de *levar a pessoa ou coisa ao destino combinado, dentro do prazo estabelecido e nas condições estipuladas, zelando pela segurança e conservação com toda a diligência possível e exigível* (J.C. Sampaio Lacerda, "Direito Comercial Marítimo e Aeronáutico", Editora Freitas Bastos, 4ª edição, 1961, p. 510, n. 194), é responsável pelo ressarcimento de todos os danos assim causados, danos estes cuja existência é fato incontroverso nos autos.

A aflição causada pela ré aos autores superou em muito aquilo que se tem considerado como simples percalço ou mero dissabor na vida das pessoas, situação que por si só gera o dever de indenizar.

Nesse sentido: *A prova do dano se satisfaz, na espécie, com a demonstração do fato externo que o originou e pela experiência comum. Não há como negar o desconforto e o desgaste físico causados pela demora imprevista e pelo excessivo retardo na conclusão da viagem.* (STJ - REsp 241.813/SP - Rel. Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira - 4ª Turma - DJ 4.2.2002).

Cabível, portanto, o pedido indenizatório deduzido pelos autores.

De acordo com o princípio da razoabilidade e com vistas à finalidade compensatória da indenização em tela, a extensão do dano sofrido, o grau de culpa da requerida, a repulsa à ofensa cometida, a necessidade de inibição à reiteração da conduta etc., é que prudentemente fixa-se a reparação no valor de R\$ 15.000,00 para cada autor, seja porque representa para as vítimas uma satisfação capaz de neutralizar o sofrimento experimentado sem significar um enriquecimento sem causa, seja porque se mostra eficaz na difícil missão de produzir na causadora do mal um impacto tal que a impeça de igual e novo atentado.

Isto posto, julgo **PROCEDENTE** esta ação e o faço para condenar a ré a pagar aos autores o valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a título de indenização dos danos morais (R\$ 15.000,00 para cada autor), com correção monetária desde este arbitramento (STJ, Súmula 362) e juros de mora a partir da citação.

Também condeno a requerida no pagamento das custas do processo e honorários advocatícios da patrona adversa, ora fixados em 10% sobre o valor da condenação.

P.I.

Araraquara, 29 de novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**